

Petroleiros da Amazônia

Boletim do Sindipetro PA AM MA AP nº 27 - 22 de julho de 2019



100% CONTRA O 1% E A PERDA DE DIREITOS NO ACORDO COLETIVO!

Categoria aprova manifesto: “nos declaramos a postos para a imediata convocação da greve nacional petroleira”

As assembleias realizadas de 9 a 19 de julho em todas as bases petroleiras do país rejeitaram, como previsto, a proposta macabra da direção da Petrobras. Nas bases do Sindipetro PA/AM/MA/AP, o resultado foi o mesmo, acrescido da revolta gerada pela tentativa de fim do auxílio Amazonas e o anúncio de privatização das termelétricas Jaraqui e Tambaqui, que ficam em Manaus (AM).

A discussão girou em torno do pacote de maldades e a estratégia de “negociação” da companhia, que vem enrolando há mais de 2 meses, desde que foi entregue à direção Petrobras a pauta de reivindicações.

A gerência de Gestão de Pessoas (antigo RH) se nega a negociar com base no acordo atual, querendo convencer que é “avanço” qualquer migalha a mais de uma proposta a outra, ao

passo que sequer chegamos próximo ao patamar do ACT atual.

Para romper o imobilismo e avançar na garantia de nenhum direito a menos, foi aprovado nas assembleias um manifesto que será enviado à empresa denunciando essa manobra e avisando que se a direção da Petrobras insistir nos ataques e privatizações, os/petroleiros/as cruzarão os braços numa greve nacional.

MOBILIZAÇÕES CONTRA A PRIVATIZAÇÃO

Confira como ficou a votação da proposta em cada unidade:

LOCAL	FAV	CONT	ABST
PRÉDIO MANAUS	0	65	0
PEA	0	7	0
PORTO URUCU (manutenção)	0	25	0
PORTO URUCU (operação)	0	29	0
AEROPORTO EDUARDO GOMES	0	19	0
UTE TAMBAQUI	0	8	0
UTE JARAQUI	0	16	0
PRÉDIO SÃO LUÍS	0	5	0
TRANSPETRO SÃO LUÍS	0	8	1
AMBEP SÃO LUÍS	0	2	0
PRÉDIO BELÉM	0	8	0
TRANSPETRO BELÉM	0	11	0
AMBEP BELÉM	0	9	0
TOTAL	0	212	1

Nas últimas semanas, foram realizados atos em conjunto entre a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e a Federação Única dos Petroleiros (FUP) nas quatro refinarias cujos teasers (divulgação de oportunidades) foram divulgados. O último deles ocorreu em 19 de julho deste ano na Bahia, no Trevo da Resistência, que dá acesso à Rlam.

Os diretores Elita Balbino e Tiago Pereira participaram da mobilização pelo Sindipetro PA/AM/MA/AP. “Foi

uma manifestação com grande adesão da força de trabalho própria e contratada. Tivemos a oportunidade de colocar nosso posicionamento contrário a entrega do patrimônio nacional, sobretudo da forma que esse processo está sendo feito, já que as empresas querem comprar as refinarias não tem compromisso com o abastecimento do mercado local e com a geração de empregos aqui”, destacou Elita Balbino, que é diretora da base na Província do Urucu (AM).

BOLSONARO QUER APROVAR NOVA FASE DA REFORMA TRABALHISTA



Na surdina, o governo de Jair Bolsonaro prepara uma segunda fase da Reforma Trabalhista – aquela que prometia retirar direitos e gerar empregos, mas em nada mudou o cenário de crise no Brasil. Editada pelo presidente em 30 de abril, a Medida Provisória da Liberdade Econômica foi apresentada inicialmente como uma proposta para desburocratizar o cotidiano de empresas, mas foi ampliada com dezenas de propostas que alteram profundamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A MP 881 teve parecer aprovado na comissão mista do Congresso criada para analisá-la, o que significa que será apreciada pelos plenários da Câmara e do Senado após o recesso parlamentar, sendo votada até setembro. As propostas que, afundam a CLT, foram incluídas por parlamentares, mas também partiram do próprio Ministério da Economia. A denúncia é do Blog do jornalista Leonardo Sakamoto.

Algumas das alterações agilizam processos e economizam recursos, mas o principal são os pontos que flexibilizam ainda mais a legislação tra-

balhista. Um deles é sobre o repouso semanal remunerado: a Constituição prevê que o descanso pode ser concedido preferencialmente aos domingos, sendo que algumas categorias contam com regras específicas para esse descanso. A nova proposta autoriza o trabalho aos domingos e feriados, sem permissão dos trabalhadores.

Outra alteração é a de que, conforme as necessidades econômicas do agronegócio, sujeito a condições climáticas, o trabalho poderá ser exercido aos sábados, domingos e feriados, com remuneração ou recuperação. Na prática, o trabalhador poderá ficar até duas semanas sem descanso em uma atividade mais penosa.

Não há como se admirar: a MP 881 é a materialização do que prometeu o presidente na campanha. No ano passado, durante sabatina com empresários, ele declarou: “O trabalhador vai ter que decidir se quer menos direitos e emprego ou todos os direitos e desemprego”. Essa foi a mesma promessa da Reforma Trabalhista de Michel Temer, mas sabemos como essa história terminou.

EDITORIAL

A REFORMA NÃO ESTÁ APROVADA

Apesar de a grande imprensa dar como aprovada a reforma da Previdência, há ainda muita luta pelo caminho. A proposta foi aprovada apenas no primeiro turno da Câmara: ainda há a votação de segundo turno e a aprovação do Senado. Neste momento, os trabalhadores do Brasil podem dar uma resposta ao governo Bolsonaro, lutando por sua aposentadoria e pelo futuro de seus filhos e netos.

Os prejuízos da reforma são imensos e vêm sendo expostos neste boletim. Caso seja aprovada, a proposta vai impedir o acesso à previdência de muitos, além de arrochar os valores do benefício de todos, causando um impacto econômico e social severo à população brasileira. A categoria não pode deixar essa reforma se concretizar!

Há luta no Brasil de 2019. Nos dias 15 e 30 de maio, por exemplo, a comunidade universitária foi às ruas contra os cortes na educação. Em 14 de junho, trabalhadores e estudantes paralisaram suas atividades e foram às ruas de todo o país contra a reforma.

A CSP-Conlutas, outras centrais sindicais e movimentos sociais convocam a população para mais um esforço. É preciso mostrar quais os reais impactos da reforma na vida do trabalhador. É preciso esclarecer à população a falácia da reforma. Lembremos que a reforma trabalhista de Temer foi aprovada com o propósito de gerar empregos, mas o país continua em crise.

Temos de prosseguir! No dia 6/08, data provável da votação em segundo turno da Câmara, haverá mobilizações nos estados e em Brasília para pressionar os deputados. No dia 13, serão realizadas paralisações e protestos nas cidades, locais de trabalho e atos unificados, junto da Marcha das Margaridas contra a reforma em Brasília!

Trabalhadores e estudantes mostraram sua disposição indo às ruas dizer não às políticas de Bolsonaro. A população ainda pode barrar a reforma. A questão não está perdida. E há muito em jogo: nossa aposentadoria, nossos direitos, nosso futuro!

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO PETRÓLEO NOS ESTADOS DO PARÁ, AMAZONAS, MARANHÃO E AMAPÁ

BELÉM (PA) - AV. ALCINDO CACELA, 1264, ED. EMPIRE CENTER, SALA 101, NAZARÉ, CEP: 66040-020 TELEFONES: (091) 3246-0488/ 0439; E-MAIL: SPETROPA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR
MANAUS (AM) - R. PROFª CACILDA PEDROSO, Nº 529, ALVORADA I, CEP: 69043-000 TELEFONES: (092) 3656-7860/ 3657-1395; E-MAIL: SECRETARIA@SINDIPETROPAAMMAAP.ORG.BR
SITE: WWW.SINDIPETROAMAZONIA.ORG.BR

PUBLICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA COLEGIADA DO SINDIPETRO PA/AM/MA/AP

GESTÃO 2017-2020 “SÓ COM LUTA SE CONQUISTA – DEFENDER A PETROBRÁS É DEFENDER A SOBERANIA DO PAÍS”